



CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 001/2023 - SEMSA/PMS

Processo Administrativo nº 1.485/2022 – SEMSA/PMS

CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI
CELEBRAM O MUNICÍPIO DE SANTANA, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE
SAÚDE, E A EMPRESA **I. C. DE ALMEIDA**, PARA OS
FINS NELE DECLARADOS.

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE SANTANA**, por intermédio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.366.696/0001-86, situada na Avenida Santana, nº 2913, Bairro Paraíso – Santana/AP – CEP 68.928-060, neste ato representado por sua Secretária, **ITHIARA GUEDES DAS VIRGENS MADUREIRA**, investida no cargo por meio do Decreto Municipal nº 007/2021, doravante denominada CONTRATANTE, e, de outro lado, a empresa **I. C. DE ALMEIDA**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.674.360/0001-28, situada na RUA 07 de Setembro, nº 1866, Bairro Central – Santana/AP – CEP 68.925-222, infocopyap@gmail.com, (96)9139-5084/ 9156-9588, neste ato representada por sua Representante Legal, **IRENE CHAVES DE ALMEIDA**, brasileira, solteira, empresária, portador(a) do RG nº 457.136, expedido pela PTC/AP, inscrita no CPF/MF sob o nº 003.318.472-05, doravante denominada CONTRATADA, resolvem, de comum acordo, firmar o presente Contrato Administrativo, sujeitando-se às normas da legislação em vigor e às cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

1.1. A presente Dispensa de Licitação trata-se de pequeno valor, dentro do limite estabelecido pela Lei nº 8.666/1993 em seu art. 24, inciso II:

1.1.1. É dispensável a Licitação. II – Para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea “a”, do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez.

1.2. Processo Administrativo nº 1.485/2022-SEMSA/PMS, bem como demais legislações vigentes e aplicáveis à matéria.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. Dispensa de licitação visando a contratação de empresa especializada na área de tecnologia para prestação de serviços de estruturação da rede de dados no padrão cat5, incluindo fornecimento e instalação de materiais para conexão de computadores que irão utilizar o Prontuário Eletrônico do Cidadão – PEC, nas Unidades de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Santana.

| DESCRIÇÃO DA NECESSIDADES DE TOMADAS DE REDE POR UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA | | |
|---|-------------------------------|--|
| UNIDADE | QUANTIDADES DE PONTOS DE REDE | ENDEREÇO |
| POLICLÍNICA ALBERTO LIMA | 40 | Rua Claudio Lúcio Monteiro, - Vila Daniel |
| POLICLÍNICA MARIA TADEU AGUIAR | 40 | Presidente Juscelino Kubstichek, 529 - Paraíso |
| POSTO DE SAÚDE ALTO PIRATIVA | 10 | Localidade Alto Pirativa, s/n, área rural, Santana. |
| POSTO DE SAÚDE FOZ DO VILA NOVA | 10 | Localidade Foz do Vila Nova, s/n, área rural, Santana. |

[assinatura]

[assinatura]



| | | |
|---|------------|---|
| POSTO DE SAÚDE PIRATIVA 3 IRMÃOS | 10 | Localidade Três irmão, s/n, área rural, Santana. |
| POSTO DE SAÚDE SANTO ANTÔNIO DO MATAPI | 10 | Localidade Santo Antônio do Maruanum, s/n, área rural, Santana. |
| UBS ANAUERAPUCU | 15 | Rodovia AP – 010, nº 4512, Anauerapucu, Santana. |
| UBS ANTÔNIO SERIEIRO | 25 | Avenida Maria de Oliveira Colares, nº 1850, Nova Brasília, Santana. |
| UBS DR. YACY ALCANTARA | 20 | Rua João Leite Coutinho, s/n, Fonte Nova, Santana. |
| UBS ELESBÃO | 15 | Rua Vila do Elesbão, s/n, Elesbão, Santana. |
| UBS FLORIANO REGO | 20 | Rua Claudio Lucio Monteiro, nº 455, área comercial, Santana. |
| UBS IGARAPÉ DA FORTALEZA | 20 | Rodovia Salvador Diniz, nº 2477, Igarapé da Fortaleza, Santana. |
| UBS IGARAPÉ DO LAGO | 10 | Localidade Igarapé do Lago, s/n, área rural, Santana. |
| UBS ILHA DE SANTANA | 20 | Rua Peter Van Chepenberguer, s/n, Ilha de Santana, Santana. |
| UBS PARQUE DAS LARANJEIRAS | 20 | Avenida 07 de setembro, nº 4275, Parque das laranjeiras, Santana. |
| UBS PIÇARREIRA | 20 | Ramal do Delta, nº 115, Piçarreira, Santana. |
| TOTAL | 305 | |

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS E SUAS QUANTIDADES

3.1. O objeto do presente procedimento administrativo é a contratação de empresa especializada na área de tecnologia para prestação de serviços de estruturação da rede de dados no padrão cat5, incluindo fornecimento e instalação de materiais para conexão de computadores que irão utilizar o Prontuário Eletrônico do Cidadão – PEC, nas Unidades de Atenção Básica da Secretaria Municipal de Saúde de Santana, conforme especificações e quantitativo registrado no Anexo I do Projeto Básico.

3.1.1. Ponto lógico: composto de 01 (uma) tomada RJ 45 Fêmea CAT5 conectorizada através de cabos par trançado CAT5, devidamente protegido por canaletas e tomadas externas, conectado a um suite padrão já existente no SAME de cada Unidade de Saúde, identificado e certificado por teste de conectividade.

3.2. Os serviços técnicos especializados para execução de pontos de rede CAT5, através de infraestrutura de cabeamento estruturado para redes locais de informática, com fornecimento de materiais, devem obedecer às normas técnicas da ABNT, e em conformidade com as especificações e orientações deste Projeto Básico e seus Anexos.

| SERVIÇO NECESSÁRIO PARA A IMPLANTAÇÃO DO PRONTUÁRIO ELETRÔNICO | | | | |
|---|------------------------------------|---------------|----------------|---------------|
| UNIDADE | QUANTIDADE DE PONTOS DE REDE | UND DE MEDIDA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
| SERVIÇOS DE ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE DADOS NO PADRÃO CAT5, INCLUINDO FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE MATERIAIS PARA CONEXÃO DE COMPUTADORES QUE IRÃO UTILIZAR O PRONTUÁRIO ELETRÔNICO DO CIDADÃO – PEC, NAS UNIDADES DE ATENÇÃO BÁSICA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTANA. | 305 | SERVIÇO | R\$ 54,00 | R\$ 16.470,00 |

[assinatura]

[assinatura]



CLÁUSULA QUARTA - DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O início da execução dos serviços é de 15 (quinze) dias, contados do (a) recebimento da nota e empenho e ordem de execução dos serviços, em remessa parcelada, sob demanda, nos endereços elencados no Anexo II.

4.1.1. Condições de execução: as execuções dos serviços serão de forma alternada por Unidade de Saúde (Anexo II), mediante nota de empenho e ordem de execução dos serviços, com conclusão total dos serviços solicitados no prazo máximo de 30 (trinta dias).

4.1.2. Endereço de execução: as execuções dos serviços, serão realizadas nos endereços de cada Unidade de Saúde que constam no Anexo II, nos horários 8h00 às 12h00 e 14h00 às 18h00.

4.1.3. Os serviços serão realizados de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados Municipais, do Estado e Nacional, obedecendo rigorosamente às quantidades constantes da Nota de Empenho/Ordem de execução dos serviços.

4.2. Todos os materiais que constam dos serviços, devem ser fornecidos pela contratada, assim como a mão de obra especializada.

4.3. Os componentes empregados no cabeamento lógico deverão ser padronizados.

4.4. Deverão ser identificados todos os cabos utilizados, por meio de anilhas ou etiquetas fixadas em suas extremidades e no espelho da caixa de tomada, indicando o ponto.

4.5. Ao concluir o cabeamento estruturado, a contratada deverá executar a certificação de 100% (cem por cento) dos pontos, não sendo admitido certificação por amostragem. Os testes devem ser realizados na presença do fiscal designado pela contratada, que apresentará relatórios de certificação dos pontos lógicos.

4.6. A contratada deverá apresentar cronograma dos serviços a executar, para aprovação da contratante.

4.7. O recebimento provisório se dará num prazo de 72 (setenta e duas) horas.

4.8. O recebimento definitivo dos serviços do objeto será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas neste Projeto Básico.

4.9. Os serviços serão prestados, sob gerência direta de fiscais servidores efetivos da área de tecnologia da informação, lotados no Departamento de Processamento de Dados da Secretaria Municipal de Saúde de Santana.

4.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 5.8 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO

5.1. O presente contrato terá o prazo de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura pelas partes.

CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Para efeito legal, o valor global deste Contrato Administrativo é de R\$ 16.470,00 (dezesesseis mil, quatrocentos e setenta reais).

6.2. As despesas decorrentes deste Contrato Administrativo correrão às expensas da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Fundo Municipal de Saúde

Unidade Orçamentária: 05.02.06 - Secretaria Municipal de Saúde

Função: 10 - Saúde

Projeto de Atividade: 10.301.0016.2118 - Manutenção das Atividades da Atenção Básica

Ficha: 155 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Natureza: 33.90.39.00 - Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 01.600 - Saúde

[assinatura]

[assinatura]



CLÁUSULA SÉTIMA - DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

Instituição Bancária: BANCO SANTANDER

Agência: 4327

Conta Corrente: 13002345-8

7.1.1. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela contratada, no Setor de Protocolo da Secretaria Municipal de Saúde de Santana localizado na Avenida Santana, nº 2913, bairro Paraíso, Santana, Amapá, CEP 68.929/060 ou deverão ser protocolados via sistema eletrônico 1doc disponível no endereço via <https://santana.1doc.com.br/b.php?pg=wp/wp&itd=5&iagr=2622> com envio à Semsu - Secretaria Municipal de Saúde, qual poderá ser encontrado no sítio da Prefeitura de Santana <https://www.santana.ap.gov.br/> na aba Serviços> Central do Contribuinte - 1doc.

7.1.2. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

7.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

7.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993

7.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

7.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

7.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

7.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

[assinatura]

[assinatura]



7.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

7.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

7.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplimento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

EM = Encargos moratórios;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX) I = (6 / 100) I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6 % 365

CLÁUSULA OITAVA - DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO

8.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

8.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o contratante pagará à contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

8.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

8.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

8.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

9.1. São obrigações da Contratante:

9.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Projeto Básico e seus anexos;

9.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

9.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos serviços executados provisoriamente com as especificações constantes do Projeto Básico e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

Assinatura



9.1.4. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

9.1.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

9.1.6. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente a execução do serviço, no prazo e forma estabelecidos no Projeto Básico e seus anexos;

9.1.7. Orientar a contratada acerca da correta execução dos serviços contratados e autorizar o acesso de seu pessoal aos locais de trabalho;

9.1.8. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.2. Das obrigações da Contratada:

9.2.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes do Projeto Básico, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução dos serviços e, ainda:

9.2.2. Efetuar a execução dos serviços em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Projeto Básico e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: descrição da execução do serviço e o quantitativo.

9.2.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.2.4. Substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Projeto Básico, o objeto com avarias ou defeitos;

9.2.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da execução dos serviços, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.2.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Projeto Básico;

9.2.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato para as tratativas sobre questões técnicas relativas aos serviços, objeto desta dispensa de licitação.

9.2.8. Cumprir e fazer cumprir todas as normas técnicas de saúde, de higiene, e de segurança do trabalho, de acordo com as normas do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE;

9.2.9. Executar os serviços objeto do contrato, de acordo com as normas da ABNT, do Decreto-Lei nº 92.100/85 (estabelece as condições básicas para a construção, conservação e demolição de edifícios públicos a cargo dos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Serviços Gerais - SISG, e dá outras providências) e dos fabricantes dos materiais aplicados, utilizando materiais de qualidade e homologados pelas normas vigentes;

9.2.10. Manter no local pessoal especializado e demais elementos necessários à perfeita execução dos serviços;

9.2.11. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços, de acordo com a Norma Regulamentadora nº 6 do MTE;

9.2.12. Responsabilizar-se pela recomposição e substituição de pisos, soleiras, telas, reparos de forros, paredes, etc, que porventura, forem danificados durante a instalação obedecendo sempre as especificações originais existentes; **9.2.13.** Operacionalizar o recolhimento dos cabos/RJ(s) inservíveis, responsabilizando-se pela destinação ambientalmente adequada;

9.2.14. Obter todas as licenças, autorizações e franquias necessárias à execução dos serviços contratados, pagando os emolumentos prescritos por lei;

9.2.15. Executar os serviços na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, estando incluídos no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, descarga das mercadorias, sem ônus de frete e seguro.

[assinatura]

[assinatura]



CLÁUSULA DÉCIMA – DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

10.1. A empresa deverá comprovar possuir número de técnicos qualificados no seu quadro funcional, veículos adequados para transporte dos equipamentos e estrutura técnica apropriada, para Instalação, alterações e solução de problemas de manutenção.

10.2. A empresa deverá demonstrar em até 24 horas após o término da licitação que possui estrutura tecnológica para atender as demandas constantes neste termo devidamente comprovada pela comissão da contratante.

10.3. Comprovação de que possui profissionais em seu quadro técnico devidamente registrado ou contratado em regime de prestação de serviços especializados, na data prevista para a abertura do certame, que tenha experiência comprovada com o objeto deste Termo de Referência, conforme parágrafo 1º do artigo 30 da Lei 8.666 de 1993.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

11.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

11.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

11.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

11.4. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

11.5. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), ou outro instrumento substituto para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada.

11.6. Não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

11.6.1. Deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada;

11.6.2. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços;

11.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar falhas na execução, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

11.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.9 Em hipótese alguma, será admitido que a própria contratada materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

11.10. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.



11.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - VEDAÇÕES À CONTRATADA

12.1. A contratação de serviço pertencente ao quadro de pessoal do contratante durante a vigência deste contrato.

12.2. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da administração da Secretaria Municipal de Saúde de Santana-AP.

12.3. A subcontratação de outra empresa para a execução do objeto deste contrato.

12.4. Mensalmente, a contratada emitirá nota fiscal de serviço, já descontados os valores correspondentes e multas eventualmente devidas por força do acordo de níveis de serviços aqui instituídos.

12.5. Deverão ser relacionados para pagamento somente os serviços correspondentes a ordem de serviço concluídas e homologados pela Secretaria Municipal de Saúde de Santana.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS SANÇÕES E PENALIDADES

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

13.1.1. Inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

13.1.2. Ensejar o retardamento da execução do objeto;

13.1.3. Fraudar na execução do contrato;

13.1.4. Comportar-se de modo inidôneo;

13.1.5. Cometer fraude fiscal;

13.1.6. Não manter a proposta.

13.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.2.1. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

13.3. Multa moratória de 0,07 % (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;

13.3.1. Multa compensatória de 10 % (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

13.3.2. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;

13.3.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;

13.3.4. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;

13.3.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, a Contratada que:

13.4.1. Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meio doloso, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. Tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

[Assinatura]

[Assinatura]



13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.7. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. Consoante o previsto na Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o contrato poderá ser rescindido:

- a) Por ato unilateral e escrito da Administração, nas hipóteses previstas no artigo 78, incisos I a XII e XVII da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem que caiba à CONTRATADA, o direito a qualquer indenização, sem prejuízo das penalidades pertinentes;
- b) Amigavelmente, por acordo entre as partes;
- c) Judicialmente, nos termos da Lei.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. A SEMSA/PMS poderá realizar diligências nas instalações da contratada, com vistas a verificar a veracidade das informações prestadas.

15.2. Nenhuma modificação poderá ser feita na prestação dos serviços e nas especificações sem autorização expressa da Fiscalização.

15.3. Os representantes da Fiscalização, bem como toda pessoa autorizada por ela, terão livre acesso aos serviços e a todos os locais em que estejam sendo realizados os trabalhos.

15.4. Os casos omissos ou situações não explicitadas neste termo serão decididos pelas partes, no que couber, segundo as disposições contidas na Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, demais regulamentos e normas administrativas federais.

15.5. Fica eleito o foro da Comarca de Santana como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente instrumento, que não possam ser resolvidas administrativamente, com expressa renúncia de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS ALTERAÇÕES

16.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17.1. Para dirimir qualquer dúvida que surgir durante a execução deste contrato, fica eleito o Foro da Comarca de Santana, no Estado do Amapá, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17.2. A legislação aplicável à execução do contrato e aos casos omissos é da Lei no 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos).

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA PUBLICAÇÃO

18.1. O presente Contrato deverá ser publicado, em resumo, no Diário Oficial do Município de Santana e no Diário Oficial da União, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, a contar do quinto dia útil do mês seguinte à sua assinatura, conforme manda o art. 61, parágrafo único, da Lei Federal nº 8.666/1993.

18.2. E, por estarem justas e contratadas, as partes declaram aceitar todas as disposições firmadas, pelo que assinam este Contrato em três vias de igual teor e forma, para que surtam o mesmo efeito.



Santana, 15 de fevereiro de 2023.

[Signature]
SUBSECRETÁRIO DE GESTÃO DA SAÚDE

PLINIO SILVA DA LUZ
Secretário em Exercício
Decreto 0224/2023-GAB.PREF/PMS
CONTRATANTE

[Signature]

I.C. DE ALMEIDA

IRENE CHAVES DE ALMEIDA
Representante Legal
CONTRATADA

TESTEMUNHA 1

CPF:

TESTEMUNHA 2

CPF:

[Signature]